



PROJETO DE LEI Nº 069/12, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Altera a redação do artigo 27, incluindo o parágrafo quarto ao artigo 41, e o artigo 46-A, na lei municipal n.3.107-2006, para o fim de estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos de aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a publicação da EC nº 41-2003, conforme estabelecido pela EC nº 70-2012.

Art. 1º O Art. 27, da Lei Municipal nº 3107-2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz de readaptação, e quando for o caso, ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição, observado quanto ao seu cálculo, o disposto nos artigos 46 e 46-A.”

Art. 2º Fica incluído o parágrafo quarto, no artigo 41, da Lei Municipal nº 3107-2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41.

...

“§ 4º Aplicam-se as regras previstas neste artigo, no que couber, ao servidor que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I, do § 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 da Constituição Federal.”

Art. 3º Fica criado o artigo 46-A, na lei municipal nº 3107-2006, da seguinte forma:

“Art. 46-A No cálculo dos proventos de aposentadoria por invalidez permanente, será considerada a última remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicável a disposição constante nos §§ 3º, 8º e 17 da Constituição Federal.”

PREFEITURA DE
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Claudete L. Machado
Prefeita em Exercício



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 069/12 DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando o presente projeto de lei para apreciação e aprovação por esta colenda Câmara de Vereadores, pelos motivos abaixo elencados.

A emenda constitucional nº 70-2012, que estabelece critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação da emenda constitucional nº 41-2003, entrou em vigor na data de 29 de março de 2012, e estabeleceu as regras que devem ser seguidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Desta forma, os Municípios que detêm fundo próprio de aposentadoria devem adequar suas legislações para atualização das normas locais.

A lei municipal nº 3.107-2006, acerca do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais, deve ser adequada para estender os benefícios da emenda constitucional aos aposentados do regime próprio.

São estes os motivos que embasam e justificam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Claudete L. Machado
Prefeita em Exercício